

Discurso na cerimónia de recepção do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2008

Reabrir o

«Conjunto maciço abrangido pelo conceito de “Povo”»

José Neves



1

Ao incidir as luzes numa determinada obra, um prémio tende a ensombrar a actividade aquém e além da própria obra premiada. Por isso nesta ocasião gostava de começar por contextualizar brevemente a investigação de doutoramento que desenvolvi entre Setembro de 2001 e Julho de 2007. Na historiografia e nas ciências sociais portuguesas assistimos nas últimas décadas a um aumento mais ou menos significativo do número de estudos acerca de representações, imagens, narrativas, discursos e saberes. Directa ou indirectamente alguns destes estudos procuraram problematizar temáticas centrais aos estudos sobre nacionalismos – da questão colonial à cultura popular – e exerceram um efeito

aliciante sobre quem se licenciava em História na segunda metade dos anos 90, como era o meu caso. Este aliciamento deveu-se a razões de ordem científica, é certo, mas também de natureza mais ampla. Na verdade, investigações que propuseram desconstruir a aparente perenidade dos nacionalismos vieram de algum modo alentar quem, como eu, se apoquentava com os renovados esforços de celebração da nação empreendidos por jornalistas, académicos e governantes ao longo dos anos 90. Eram estes esforços que à época davam nova ênfase a vários nacionalismos portugueses, num processo que teve o seu primeiro momento alto na Expo'98 e que conheceria um segundo momento épico aquando do Euro 2004. Foi neste país que me interessei pelos estudos sobre nacionalismos.

2

A princípio, a intenção de estudar o nacionalismo remeteu-me para o estudo das ideologias políticas dominantes no século XX português, do republicanismo ao fascismo. A hipótese de fazer cruzar as duas palavras que presidem ao título da tese e do livro que lhe corresponde – comunismo e nacionalismo – não se colocou de imediato. Todavia, as vantagens em fazer intersectar a história do comunismo com os estudos sobre nacionalismo foram-se evidenciando. Aponto apenas uma dessas vantagens. Em conformidade com a tradição de um grupo de historiadores marxistas britânicos, nomeadamente o historiador E.P.Thompson, tornava-se claro que estudar o passado a partir do passado dos que se encontravam na *periferia* do poder político-institucional obstaría, de algum modo, a que se perdesse de vista o *todo* histórico. Se quando nos instalamos no *centro* da História não raras vezes olhamos apenas e só para esse *centro*, tomando-o como um lugar todo-poderoso que a si mesmo sempre se satisfaz, quando nos colocamos na *margem* olhamos necessariamente para a *margem* mas também para a *margem* na sua relação com o *centro*. Se é possível escrever um livro sobre salazarismo sem referir por uma única vez a acção de um dirigente histórico da oposição comunista como Álvaro Cunhal, será altamente improvável que um livro sobre o comunismo em Portugal ignore a figura de Oliveira Salazar.

3

Ao longo dos últimos anos não foram muitas as vezes em que consegui explicar facilmente o tema da tese. Além de deméritos pessoais, creio que tal igualmente se deveu ao facto de muitos dos meus interlocutores, quando abreviadamente lhes dizia que a tese era sobre “comunismo e nacionalismo”, prontamente presuporem que esta seria uma tese em torno de um confronto entre nacionalistas e comunistas. As duas palavras, comunismo e nacionalismo, eram tidas como elementos antagónicos. Ora, a tese aqui premiada não é apenas relativa ao confronto entre nacionalismo e comunismo mas é também uma tese acerca da hipótese de um nacionalismo comunista – a sua formação, as suas tensões, os seus limites. A nível da historiografia, o reconhecimento da existência de um nacionalismo comunista não é uma novidade completa e mesmo em Portugal, onde os estudos sobre comunismo se resumem às obras de um reduzido leque de autores, há quem aponte a existência de um Portugal comunista – ou de um Portugal antifascista – que se constrói contra o Portugal estado-novista. A tese que apresentei considera uma e outra vez esta oposição, assim mapeando uma oposição entre um *nacionalismo dominante*, de um lado, e um *nacionalismo alternativo*, de outro. A tese procura mostrar, por exemplo, que enquanto o rural celebrado pelo regime é um rural mais camponês e mais pacificado, o rural comunista é um rural mais assalariado e mais conflituoso. Ou, para dar um outro exemplo, que enquanto a historiografia próxima do regime ensombra o século XIX português, a historiografia comunista comemora o advento do liberalismo assinalando assim a promessa (nuns casos) e a premência (noutros casos) de eclosão da luta de classes contemporânea. Ou seja, creio que ao longo da tese se encontra bem patente esta oposição entre um *nacionalismo dominante* (de teor mais conservador ou de teor mais liberal, de índole fascista ou de índole republicana) e um *nacionalismo alternativo* (o nacionalismo comunista), oposição que a tese ademais reencontra em várias áreas, das relações internacionais à educação física, da música à ciência, das questões de género à questão colonial, enfim, em áreas que ainda não haviam sido debatidas pela historiografia ou que haviam sido parcelarmente investigadas e que nesta tese são analisadas com maior ou menor profundidade. Entretanto, ao longo da tese recusei reduzir a história do nacionalismo comunista a esta oposição entre *nacionalismo dominante* e *nacionalismo alternativo*. Aliás, tivesse que definir uma questão *contra* a qual esta tese foi sendo escrita e creio que a redução do problema aos termos de uma tal oposição seria uma escolha acertada.

4

À argumentação dos que restringem a história do nacionalismo comunista à referida oposição preside uma lógica de faseamento em que a cada etapa corresponderá uma dada problemática. Seguindo esta lógica de faseamento, haveria uma primeira etapa histórica marcada pela incompatibilidade entre comunismo e nacionalismo, incompatibilidade que grosso modo reflectiria um antagonismo genérico entre classe e nação. Esta etapa, esta primeira fase marcada pelo antagonismo classe/nação, teria sido de certo modo ultrapassada algures na época contemporânea (e aqui há lugar a várias interpretações, dos que dizem que esta etapa terá sido ultrapassada com a passagem da estratégia de “classe contra classe” para a estratégia das frentes populares até aos que entendem que ela ficou resolvida ainda no quadro da capitulação nacionalista dos partidos da II Internacional, ao tempo da I Guerra Mundial). Seguindo a lógica do faseamento, seria apenas depois desta primeira etapa, uma vez resolvido o antagonismo classe/nação, que emergiria o nacionalismo comunista, no quadro de uma estratégia comunista de resposta aos nacionalismos dominantes, nomeadamente os nacionalismos de cariz imperialista e fascista. Se aceitássemos esta divisão por etapas, o nosso estudo dispensar-nos-ia de atender ao antagonismo classe/nação, uma vez que este só guardaria significado histórico no quadro daquela etapa (ultrapassada) de incompatibilização entre comunismo e nacionalismo. Bastar-nos-ia atender à oposição *nacionalismo dominante / nacionalismo alternativo*.

5

Esquecer o antagonismo/classe nação revelou-se insustentável. Ao longo da investigação, foram vários – e bem mais significativos do que estava à espera – os indícios de presença, no século XX, de um veio comunista não-nacionalista (e inclusivamente, mas esta é uma discussão que agora deixo de lado, um veio anti-nacionalista e pós-nacionalista). A investigação tornou possível verificar a persistência de um ténue fio vermelho que nos conduz desde *A Revolução de Setembro de 1936* – obra de Victor Sá datada de 1969 e onde o historiador

aponta para a necessidade de destrinçar em classes esse «conjunto maciço abrangido pelo conceito de “povo”»¹ – até às palavras de Rosa Luxemburgo em 1908: «ao falar do “direito dos povos à autodeterminação” referimo-nos generosamente à totalidade de um “povo”, a uma unidade social e politicamente homogénea, mas exactamente tal noção de “povo” corresponde a certas categorias da ideologia burguesa que foram objecto de uma revisão radical por parte da teoria marxista, que demonstrou fielmente que por detrás dessas cortinas de fumaça, tais como “a liberdade do cidadão”, a “igualdade diante da lei”, etc., esconde-se em cada caso um conteúdo histórico bem definido»². A tese dá por isso notícia, entre outros elementos, do Mitchurin inventado por Alves Redol em *A Vida Mágica da Sementinha*, da leitura política da questão colonial feita por Francisco Martins Rodrigues, do sovietismo de Carlos Rates (primeiro secretário-geral do PCP), do cosmopolitismo obreirista de Maria Lamas em *As Mulheres do Meu País*, ou, ainda, para dar um último exemplo, do primeiro Fernando Lopes-Graça, aquele que critica o fado com o intuito de criticar a ideia de “canção nacional” e não de lhe contrapor a canção rural como a verdadeira canção nacional. Desconsiderar estes elementos, de que a tese dá conta, faria desta uma simples consagração historiográfica daquilo que hoje é dado como uma *evidência*: a *necessidade histórica* – a suposta inevitabilidade histórica – de um nacionalismo comunista e de um patriotismo antifascista. Desconsiderar estes elementos, em nome de uma qualquer ambição de síntese, incapaz de – nas palavras de Michel Foucault – «manter o que se passou na dispersão que lhe é própria», faria desta tese um exercício de normalização da razão dos que *vencem* e de estranhamento da razão dos que *perdem*.

6

Existem ainda outras razões para não descuidarmos a importância histórica do antagonismo classe/nação. Desde logo não podemos ignorar historiograficamente um conjunto de sinais habitualmente tidos como elementos da ordem do natural. À semelhança de Michael Billig, que não se limita a analisar as bandeiras nacionais agitadas nos comícios de extrema-direita ou nos estádios

de futebol, mas que também considera o nacionalismo banal que se reproduz quotidianamente a partir das bandeiras nacionais discretamente presentes um pouco por todo o lado, da estação de correio à sala da universidade ou do museu, devemos também nós exigir que um estudo sobre nacionalismo comunista não menospreze o mais clarividente – e por isso banalizado – sinal de internacionalismo classista: a simbologia da foice e do martelo sobre o pano vermelho. Por fim, mas não menos importante, não foi possível ignorarmos o antagonismo classe/nação porque mesmo quando os sinais de vida de uma tendência comunista não-nacionalista se fragilizaram sob a força de tendências comunistas nacionalistas, mesmo nestas circunstâncias, as tendências anti-nacionalistas não se limitaram simplesmente a sair de cena. Por vezes, encontramos estas tendências “recuperadas” pelo próprio nacionalismo comunista, sendo que, nestes casos, este último só se tornou compreensível à luz dessa mesma recuperação. Grosso modo, é isto que vemos suceder com o slogan comunista “Portugal não é um país pobre”, slogan cuja análise é fulcral a toda a primeira parte da tese. Se, à primeira vista, o slogan surge em *Rumo à Vitória* como uma exaltação nacionalista das potencialidades da economia nacional, exaltação que visava responder ao nacionalismo estado-novista, com a sua “humildade” económica da “Casa Portuguesa” e a sua retórica colonialista do “Portugal não é um país pequeno”; uma análise historiográfica porém mostrou que o slogan se constituiu no quadro das exigências de distribuição imediata de bens manifestas nos anos 40, no clima de conflituosidade classista da época, quando o *Avante!* escreve “Ir buscar géneros onde houver” e incita à ilegalidade do roubo e à apropriação social dos bens. Assim, o nacional-desenvolvimentismo que caracteriza o discurso económico comunista, e que em parte *continua* uma tradição desenvolvimentista dominante, de Alexandre Herculano a Ezequiel de Campos, procede aqui mas integrando a conflituosidade social. Através da ênfase que irá colocar no desenvolvimento científico-tecnológico enquanto *promessa* de superação da actual situação de desigualdade económico-social, o nacional-desenvolvimentismo comunista recicla em seu proveito a dinâmica de confrontação classista que emergira com particular evidência no contexto das greves dos anos 40, acabando por se *diferenciar* no contexto da tradição desenvolvimentista dominante. Uma história do nacionalismo comunista precisa então de “regressar” permanentemente ao antagonismo classe/nação, não se podendo limitar à questão da oposição *nacionalismo dominante / nacionalismo*

alternativo. É a partir da *actualidade* do antagonismo classe/nação – isto é, é a partir da irresolução deste antagonismo – que se forma a tensão que dá vida ao nacionalismo comunista. Longe de o *preceder*, o antagonismo nação/classe é sua condição permanente; dir-se-ia mesmo que é a principal fonte de energia que alimenta o nacionalismo comunista, assim colocando-se a energia de quem trabalha e de quem protesta ao serviço do progresso da nação.

7

Pelos motivos até aqui elencados, a tese assinala com recorrência a *actualidade* do antagonismo classe/nação, levando-nos a considerar o nacionalismo comunista como um nacionalismo *diferente* do nacionalismo fascista e do nacionalismo republicano. Mas a *actualidade* daquele antagonismo também obriga a que tomemos o nacionalismo comunista como algo que se contrapõe ao anti-nacionalismo proletário. Neste sentido, o nacionalismo comunista, mas o mesmo é válido para todo o *nacionalismo alternativo* – desde logo os nacionalismos anticolonialistas –, deve ser tido enquanto alternativo mas também enquanto nacionalismo. Aliás, só desta forma conseguimos aproximar-nos da importância histórica da contribuição do nacionalismo comunista para a pluralidade ideológica do nacionalismo. É que, por ser comunista, o nacionalismo comunista está em condições de nacionalizar os grupos sociais que se encontram mais afastados do centro do poder político-institucional ou que dele se revelam mais antagonistas. Instituído-se o partido leninista como aquele que intermedeia a relação entre classe e nação, procurando levar a primeira até à casa da segunda no quadro dos seus projectos de tomada do poder de Estado, o PCP tem de ser olhado como um agente político de primeiro plano, que contribuiu para a integração da revolta operária no quadro da ordem nacional. Este movimento de integração da revolta operária na ordem nacional, por sua vez, deve ser observado como parte de um processo maior. Contrapondo-se a uma ideia de caos que começa a ser configurada no contexto da crise de 1929, da conflituosidade político-social dos anos 30 e da primeira metade dos anos 40 – das guerras entre Estados nacionais às lutas entre classes sociais –,

o nacionalismo comunista em Portugal surge nos anos 40 como vértice de uma tripla reorganização: reorganização do próprio PCP no quadro da disputa pela legitimidade de direcção do Partido no início da década; reorganização da nação portuguesa no quadro de uma Nova Ordem Internacional que emerge no fim da guerra; e reorganização geopolítica do mundo no âmbito do segundo pós-guerra e da Guerra Fria.

8

O nacionalismo comunista afirma-se por isso como meio preferencial a uma tripla ordenação: ordenação do mundo sob o respeito pela soberania das nações; ordenação da sociedade através do poder de administração do Estado; e ordenação das lutas de classe através da ciência política da direcção partidária. O estudo do nacionalismo comunista remete-nos assim à problemática da centralização do poder, problemática que se desdobra na questão do Estado e na questão do Partido. Um e outro (Estado e Partido) concentram o poder, em contraste com uma sociedade a que são atribuídas características caóticas e em contraste com uma classe que luta mas a quem não é reconhecida a autonomia operária. Desta remissão do estudo do nacionalismo comunista à problemática da centralização do poder e deste desdobramento da problemática da centralização do poder na questão do Estado e do Partido, dá-nos conta António José Saraiva em 1964, numa carta³ que desde Paris envia a Óscar Lopes, e com a qual termino. Assim comentava Saraiva um episódio do conflito sino-soviético: «Na Rússia e na China o público só conhece o que pensa o outro Partido na medida em que o Partido do próprio País o permite. E, assim, assiste-se à situação absurda de todos os Russos defenderem uma tese, e todos os chineses defenderem a tese contrária. Como se fosse uma questão de nacionalidade».

Notas

¹ Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, Portugália, 1964, p. 13.

² Rosa Luxemburgo, «O Direito dos Povos à Autodeterminação», 1908. Em Rosa Luxemburgo, *A Questão Nacional e a Autonomia*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 39.

³ Carta de António José Saraiva a Óscar Lopes, 4 de Outubro de 1964. Em Leonor Curado Neves (org.), *António José Saraiva e Óscar Lopes – Correspondência*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.96.

